

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

**INSTITUTO DE HUMANIDADES ARTES E CIÊNCIAS - CAMPUS JORGE
AMADO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS**

DÉBORA DE SOUSA BASTOS

**CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS PRATICANTES DE RELIGIÕES DE
MATRIZ AFRICANA NO AMBIENTE ESCOLAR**

ILHÉUS/BAHIA
MARÇO/2023

DÉBORA DE SOUSA BASTOS

**CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS PRATICANTES DE RELIGIÕES DE
MATRIZ AFRICANA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Relatório de Pesquisa e Projeto e Produto Educacional- Livro de colorir, apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Instituto de Humanidades Artes e Ciências - Campus Jorge Amado.

Área de Concentração: Ensino e Relações Étnico Raciais nas Perspectivas Pós e Decoloniais.

Orientadora: Professora Dr^a Ana Cristina Peixoto

ILHÉUS/BAHIA
MARÇO/2023

**Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia
(UFSB) Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

B327c Bastos, Débora de Sousa, 1992-

Construção identitária dos praticantes de religiões de matriz africana no ambiente escolar / Débora Sousa Bastos. – Itabuna: UFSB, 2023. - 67f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Jorge Amado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2023.

Orientadora: Dra. Ana Cristina Santos Peixoto.

1. Identificação (Religião). 2. Racismo na educação. 3. Cultos afro-brasileiros. I. Título.

CDD – 370.115

Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – PPGER
MESTRADO PROFISSIONAL

Folha de Assinaturas

Defesa de Memorial, Projeto de Intervenção e Produtos Educacionais, como Dissertação do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais/PPGER, de *Débora de Sousa Bastos* intitulada “*Construção Identitária dos Praticantes de Religiões de Matriz Africana no Ambiente Escolar.*”, orientada pela Professora Dr^a Ana Cristina Peixoto e aprovada pela Banca Examinadora em 14/04/2023

BANCA EXAMINADORA

ANA CRISTINA SANTOS PEIXOTO

Orientadora

MURILO FERREIRA DA COSTA- UNEB

Examinador externo

CELIA REGINA DA SILVA- UFSB

Examinador Interno.

FRANCISCO ANTONIO NUNES NETO

Examinador interno

**ILHÉUS/BAHIA
MARÇO/2023**

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa, a todo povo preto, povo de força e resistência. Que ela seja de acalento e de alegria a toda criança que não se sente abraçada em seu cotidiano escolar, e que todas as vezes que o racismo institucional as oprima, que ao sentir o vento, a chuva, o sol, ela encontre em todo esse equilíbrio ancestral o acolhimento e afeto que precisa.

AGRADECIMENTOS

Tecer agradecimentos em um trabalho como esse faz um resgate na memória de muitas vivências. Mas acima de qualquer uma delas, agradeço a tudo que rege esse mundo, ao dono do equilíbrio maior, a Deus – Nzambi, pois sem ele nada teria acontecido. Depois agradeço ao vento, que mesmo quando estava sozinha, e que achava que nem mesmo o ar percorreria mais meus pulmões, ele insistiu em adentrar meu ser e me deixar viva.

Agradeço ao meu irmão que esteve comigo em todos os momentos e que sempre me incentivou mesmo sem saber, a lutar pelo que eu poderia conquistar. Você é a razão de tudo, por você sempre.

Agradeço a minha orientadora, ela foi a base dessa pesquisa. Ela acreditou quando eu desacreditei, ela me apoiou quando eu achei que não tinha mais o que fazer. Ela foi força, foi garra e me mostrou que nós mulheres pretas somos força até quando acreditamos não ser.

Agradeço também aos meus amigos, Liliane que me ensinou que presença física nunca foi sinônimo de companhia verdadeira, do mestrado para vida é assim que falamos e é assim que agradeço a esse encontro de vida. Vitor, você é um doce de menino, você que se encantava com cada linha que eu escrevia e me encorajava a seguir. Vocês foram fundamentais nessa trajetória.

Agradeço em especial a um preto que encontrei nesse caminho. Neto é minha calma. Aquele que mesmo sem saber, na sua simplicidade e jeito de viver me mostrou que naquele momento de estafa eu tinha minha companhia diária para sobreviver a todo cansaço. Me incentiva e diz que vai dar certo. Gildásio Neto, você é minha alegria.

Agradeço a uma grande pequena que por tantas vezes segurou a barra de tudo. Letícia é para mim aquela que eu ligaria em qualquer situação, é a que ouve, que fala, uma das mulheres pretas mais resistentes que eu já conheci. Para você, o mundo.

Agradeço aos meus colegas de trabalho que entendiam todo meu nervosismo dia após dia, e em especial ao meu amigo Rodrigo que me deu a oportunidade de estar em um espaço que me permitiu continuar almejando meus sonhos, ele me acompanha desde a época em que não conseguia nem pagar o lanche da faculdade e de lá me carregou para vida, obrigada irmão, você é o cara que me faz acreditar que esse mundo ainda tem jeito.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram com essa pesquisa. A vocês eu desejo um mundo de coisas boas, que cada boa energia dessa vida faça morada em seus caminhos.

RESUMO

Este relatório de intervenção se caracteriza pela elaboração de uma proposta que servirá como meio de enfrentamento ao racismo institucional e religioso que as crianças pretas sofrem no cotidiano dos espaços de ensino formal. A escola é um lugar privilegiado onde o multiculturalismo faz-se presente proporcionando trocas de saberes importantes. Todavia, se torna solo fértil para discriminação e preconceito quando as “diferenças” não são respeitadas, mas sim organizadas hierarquicamente oprimindo e excluindo quem não está no padrão estabelecido pela religião e cultura dominante. Expõe-se uma reflexão sobre a vinda do povo preto para o território brasileiro assim como seus costumes e cultura foram eurocêntricamente dissipando-se através da violência sofrida. Violência essa que repercute nas vivências dos alunos que praticam religiões de matriz africana e ao frequentar a escola sofrem com as facetas do racismo. A construção de um método de intervenção que será utilizado tanto nos espaços de ensino formais e não formais faz parte de um projeto pedagógico apresentado como fruto desse trabalho. Disponibilizar a quem ensina e quem aprende uma ferramenta que possa trazer de forma lúdica e com saberes tradicionais do povo preto suas histórias.

Palavras-chave: Racismo institucional, Racismo religioso, Ensino, Preto, Religiões de matriz africana.

RESUMEN

Este informe de intervención se caracteriza por la elaboración de una propuesta que servirá como medio de enfrentamiento al racismo institucional y religioso que sufren los niños negros en el cotidiano de los espacios de educación formal. La escuela es un lugar privilegiado donde la multiculturalidad está presente, propiciando importantes intercambios de saberes. Sin embargo, se convierte en terreno fértil para la discriminación y el prejuicio cuando no se respetan las “diferencias”, sino que se organizan jerárquicamente, oprimiendo y excluyendo a quienes no están en el patrón establecido por la religión y la cultura dominantes. Expone una reflexión sobre la llegada de los negros al territorio brasileño, así como sus costumbres y cultura se disiparon eurocéntricamente a través de la violencia sufrida. Esta violencia repercute en las experiencias de los estudiantes que practican religiones de origen africano y que, al asistir a la escuela, sufren las facetas del racismo. La construcción de un método de intervención que será utilizado tanto en espacios de enseñanza formales como no formales es parte de un proyecto pedagógico que se presenta como resultado de este trabajo. Poner al alcance de quienes enseñan y quienes aprenden una herramienta que pueda acercar sus relatos de manera lúdica y con saberes tradicionales del pueblo negro.

Palabras clave: racismo institucional, racismo religioso, magisterio, negro, religiones de origen africano.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Diálogos e aprendizagem nos espaços não formais.....	14
Figura 2 – Ensino cultural e religioso através da oralidade.....	17
Figura 3 – Hierarquia e respeito dentro da religião – momento de festa.....	20
Figura 4 – Divindade dos tempos e tempestade, rainha dos raios Iansã.....	21
Figura 5 – Idade ancestral diferente da idade biológica, permissão do toque do instrumento sagrado.....	21
Figura 6 – Encontro ancestral.....	22
Figura 7 – Idade ancestral diferente da idade biológica, permissão de utilização de instrumentos sagrados, vestimentas de quem possui cargo dentro da hierarquia.....	23
Figura 8 – Compromisso e respeito com tudo que faz parte do culto.....	24
Figura 9 – Candomblé enquanto lugar de estrutura familiar.....	25
Figura 10 – Demonstração das forças da natureza dentro do culto, através de cores e artefatos próprios de cada divindade.....	26
Figura 11 – Organização social e religiosa.....	31
Figura 12 – Iniciação como prática familiar.....	33
Figura 13 – Racismo religioso desdobrado no racismo institucional.....	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	11
1. RAÍZES DA MINHA HISTÓRIA	15
1.2 DA MORTE PARA A VIDA	15
2. CANDOMBLÉ: É PRECISO DESCONSTRUIR O RACISMO PARA CONSTRUIR UMA ESCOLA ANTIRRACISTA	19
3. EDUCAÇÃO DE TERREIRO X EDUCAÇÃO DA ESCOLA: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	32
4. – METODOLOGIA: LUGAR DE INTERVENÇÃO (INTERVIR PARA MUDAR)	38
 CONSIDERAÇÕES FINAIS:	 40
REFERENCIAS:	.44
GLOSSÁRIO:.....	46
APÊNDICE:.....	52
ANEXO:.....	64

INTRODUÇÃO

Além do Brasil possuir em seu sistema legislativo a Lei de nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, trazendo a oportunidade de validação e defesa de direitos da população negra, foi instituída em 06 de junho de 2014 a Lei de nº 13.182, que traz o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, na capital, Salvador.

A Bahia é o único estado brasileiro a possuir um estatuto próprio a fim de regulamentar e proporcionar garantias de direitos ao povo negro e às pessoas que fazem parte das religiões de matriz africanas. A lei nº 13.182, com apenas 05 anos de aprovada, enfrenta, como quaisquer outras leis no país, grandes dificuldades na eficácia, uma vez que, por ter pouco tempo de sancionada, é desconhecida por grande parte da população e também se depara com a morosidade institucional por parte do Estado na sua devida aplicação.

É de fundamental importância o conhecimento das leis que amparam e trazem para a realidade diária uma maior segurança contra o preconceito racial e a intolerância religiosa sofrida para que, assim, a ampliação e criação de políticas públicas inclusivas e ações afirmativas, no tocante à eliminação de paradigmas que proporcionam situações de discriminações raciais, sejam inelutáveis.

Portanto, o Estatuto da Igualdade Racial e do Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia em vigor no estado baiano está para o povo preto e aos adeptos das religiões de matriz africana como um mecanismo de enfrentamento às diversas formas de violências.

Diante do exposto, fica considerada de extrema importância a inserção da propagação dessa lei em diversos espaços de construções sociais, como os meios de educação, para que os cidadãos já cresçam com consciência de seus aparatos judiciais quando surgirem quaisquer formas de preconceitos referentes à cor ou religião. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNDA Contínua), realizada pelo IBGE, em 2018, 81,1% da população da Bahia considera-se preta ou parda. Além disso, a inclusão do ensino sobre a

história de culturas afro-brasileiras, como também indígenas, é amparada pela Lei nº 10.639, que traz em seu Art. 26-A o seguinte texto:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Inciso 1º: O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003)

Logo, se a própria lei sustenta a obrigatoriedade da inserção da história da cultura negra, seus costumes e sua colaboração na formação da sociedade nacional, é mais que cabida a propagação e ensino do Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia nos meios de ensino, pois o mesmo faz parte da história do povo negro, sobretudo do negro baiano, como conquista resultante de sua luta por uma sociedade igualitária.

Na atual conjuntura, não é raro os meios de comunicação noticiarem casos de exclusão e preconceito de alunos nas escolas, por estarem trajando roupas de seus costumes religiosos ou por falarem mais abertamente sobre suas crenças. A esses alunos é esclarecido, pelo meio de ensino, que ele possui um estatuto próprio para tratar sobre esses casos? Indo mais a fundo: é de conhecimento dos educadores o conteúdo desse Estatuto e o que ele proporciona?

Este trabalho traz uma proposta de construção de e para uma escola antirracista através da divulgação de conhecimento em relação ao Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, como também se torna mais uma ferramenta de enfrentamento a todas as formas de preconceitos causados a esse público. Só no início de 2019, mais precisamente até o dia 23 de janeiro, já foram registrados aproximadamente 13 casos de intolerância religiosa no estado da Bahia, segundo o Ministério Público da Bahia.

Além do alarde em saber do número de queixas, fica o questionamento de por que a maioria das denúncias apenas é registrada na capital baiana e suas proximidades, mostrando que, apesar da violência ser recorrente no estado inteiro, a falta de conhecimento dos meios de enfrentamento dificulta a denúncia

em outras regiões do estado, deixando a impunidade como adubo da repetição cada dia mais intensa da intolerância religiosa e do racismo.

É notável a grande necessidade do conhecimento deste Estatuto Estadual que traz garantias de direitos e que, em sua aplicabilidade, tem a possibilidade de proporcionar a redução de crimes contra pessoas negras e aquelas que cultuam religiões de matriz africana, configurando, assim, um maior desenvolvimento cultural e social.

É preciso um diálogo emancipatório e libertador dentro da escola com o objetivo de alcançar um olhar de aceitação e respeito para com o outro, sendo esse “outro” parte do seu contexto ativo e participativo na sociedade, não como algo a mais e sim como peça componente da grande bolha social. Diferenças culturais existem para serem estudadas e aceitas e não para virar objeto de violência.

Através de um esboço da atual composição social em que vive o país, o grande avanço no que se considera liberdade de expressão e suas controvérsias, vem sendo praticado através da criação de legislações que sustentam as práticas antirracistas como a dificuldade encontrada pelos professores, na maioria das vezes, em levar o conhecimento do povo negro de forma correta e sem exclusões. Ao mesmo tempo em que a criança tem o direito de dizer à que religião pertence e dialogar no seu cotidiano escolar sobre seus costumes, essa mesma criança se depara com as inúmeras formas de expressão de preconceito e exclusão por parte de seus colegas e também pelo racismo institucional.

Verificar de que forma é passado ao aluno o olhar de preconceito, já que a própria instituição escolar possui uma segregação racial intrínseca em seu âmbito e composição, é um dos objetivos desta pesquisa. A dificuldade vivenciada pelos alunos que não recebem apoio em sua rede de ensino para denunciar ou relatar as violências sofridas, encontra sustentação na falta de conhecimento e propagação correta dos direitos que esse público tem. Muitas vezes as crianças não se sentem à vontade em denunciar, por acreditarem que os próprios professores e diretores automaticamente irão apoiar o outro lado.

A criança que é vítima de violência mesmo estando fragilizada por fazer parte de um grupo social excluído, necessita compreender que a aceitação a

esses comportamentos não é banal e muito menos deve ser tratada como comum. É preciso que essa criança, ao sofrer um ataque de preconceito contra sua cor ou religião, saiba que pode ir ao encontro dos responsáveis em promover a justiça social com base nas leis existentes para assim extinguir essas situações.

Os traços colonialistas ecoam a cada dia na vivência dos povos negros, sua cultura, seu conhecimento; tudo aquilo que não foi absorvido por ser considerado inferior à cultura ocidental branca, foi e é cortado de forma violenta pelos dominantes. É necessário estarmos sempre atentos e atuantes em cada espaço para que essa realidade esteja cada vez mais distante de forma a colaborar dentro do chão da escola que é um ambiente de construção, transformando o micro para refletir no macro. Por esta razão, nossa temática diz respeito a construção identitária dos praticantes de religiões de matriz africana buscando a criação de instrumento didático para fortalecimento da formação cultural e religiosa de crianças pretas pertencentes às religiões de matriz africana.

Buscamos ensejar a interlocução entre a educação de terreiro com a educação escolar, explicitar e trazer mais uma forma de combate a intolerância religiosa e racismo nas escolas. A escolha de crianças para ser o público alvo dessa pesquisa se deu pela observação da pesquisadora em um Nzo, da forma como as crianças são educadas nos espaços de ensino formal e como esses ensinamentos dialogam com os saberes tradicionais passados na vivência em comunidade.

Figura 01 - Diálogos e aprendizagem nos espaços não formais.



Fonte: LEIA MAIS BA, 2018, acesso em 20/02/2023
(<https://leiamaisba.com.br/especiais/candomble/>)

A efetivação deste diálogo se dará através da criação de um livro de colorir com narrativas, como forma de representatividade social e de enfrentamento. O livro será um instrumento, uma ferramenta, que tornará possível maior propagação da cultura e vivência da religião de matriz africana, especialmente escolhida a nação Angola do Candomblé, trazendo a atuação desses povos e relação direta com os casos de violência e encaminhamento para os órgãos responsáveis.

Esse relatório de pesquisa é apresentado com uma introdução e em seguida em forma de sessões, traz o desenvolvimento da pesquisa sendo a primeira sessão o Memorial, a segunda sessão tem sustentação teórica construída a partir das referências bibliográficas que envolvem conceitos de racismo, racismo religioso, identidade, representatividade negra, a terceira discute o lugar das escolas enquanto lugar de enfrentamento ao racismo buscando fortalecer a educação antirracista e educação de terreiro e de crianças de terreiros. Por fim na quarta sessão apresentamos a escolha pelo livro de colorir e tecemos as considerações finais. Como apêndice teremos o livro de colorir.

Toda a pesquisa e estudo bibliográfico possibilitou a criação de um instrumento de intervenção que poderá ser utilizado tanto nos terreiros quanto nas escolas, retratando os temas acima citados que será o livro para colorir.

Pensamos que com esta proposta estamos contribuindo minimamente com a construção de uma escola mais inclusiva, antirracista e plural. Passemos agora ao memorial da pesquisa, e em seguida a fundamentação teórica, metodologia e conclusão do relatório de pesquisa. Em anexo apresentamos o livro de colorir.

RAÍZES DA MINHA HISTÓRIA

Da morte para a vida.

Eu demorei alguns minutos para começar esse parágrafo imaginando quem viria em primeiro lugar na apresentação desse caminho. Seria a Makota Navuru Sivanju, a estudante Débora, a filha Dedá que mainha e painho tanto falam, e cheguei à conclusão que ela, esse corpo social não é, ela está. Nascida em Itamaracá, não a ilha de Pernambuco, mas um pequeno distrito de Itabuna-BA e criada pela avó, mora sozinha desde os 15 anos. Trazer essa informação complementa algo que será lido lá na frente quando se fala em estar ou ser só. Falaremos agora de Débora, a que ingressou no curso de Economia na UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) e depois de 02 anos sem identificação com a formação migrou para o curso de Serviço Social na UNIME (União Metropolitana de Ensino) onde se tornou Bacharela em Serviço Social.

Entre idas e vindas da recém-formada, se passaram 03 anos e nesse período muitas águas rolaram. Ela (Débora), conheceu uma religião diferente da de batismo que foi o Catolicismo, religião esta de tradição familiar. A religião que ela conheceu é bem diferente, o Candomblé. O contato com o candomblé foi delicado e minucioso, envolto de descobertas e preconceitos quebrados. Porém, o que marca esse encontro pode ser resumido em uma frase: “Depois que você conhece sua ancestralidade, nunca mais se sentirá sozinha, nunca mais caminhará sem companhia”.

Desde muito cedo, resistir é uma palavra muito conhecida por mim. Eu resisti quando decidi voltar a ter meu cabelo natural uma vez que eu não sabia como ele era por passar por processos de alisamento desde muito nova. Fui resistente quando a desigualdade social e a pobreza enfrentada por minha família me mostravam que toda a minha luta pelos estudos poderia ser em vão porque conciliar trabalho e estudo não era uma tarefa fácil. Ônibus lotado quando tinha dinheiro da passagem, ficar na cantina esperando alguém não comer o lanche inteiro para aproveitar a sobra quando ela levantasse, fizeram parte da minha vida. Dentre tantas dificuldades, a vontade de vencer, conceito de vencer

aqui depositado em ter uma graduação, era maior. Assim me tornei Bacharela em Serviço Social.

O candomblé foi um divisor de águas para mim, não mostrado apenas como uma prática religiosa, mas também um modo de vida. Com o Candomblé, muitas coisas são tiradas, modificadas, mas o que se ganha não é possível expressar em palavras, mas talvez uma delas pode se aproximar do sentido que ele tem para quem o pratica; VIDA.

Figura 02 – Ensino cultural e religioso através da oralidade.



Fonte: JUNTOS NO CANDOMBLÉ, acesso em 22/02/2023, disponível em (<http://www.juntosnocandomble.com.br/2013/03/a-hierarquia-no-candomble-e-umbanda.html>)

Dentro da religião a gente aprende que depois de iniciado é que ganhamos a Ndjina, naquele momento temos uma identificação nova. Realmente somos novas pessoas, ganhamos uma força sobrenatural assim como o contato com nossa ancestralidade é indescritível.

Ser mulher preta nessa sociedade traz um convite a sobreviver. A ancestralidade vem de encontro a todo esse contexto, onde cada dia é um

convite a resistência. O ano (2020) foi um ano em que tudo que eu considerava limite, foi modificado.

O universo me mostrou que eu renovaria todos os meus conceitos sobre força, superação e recomeço. Dentro do candomblé, eu comecei tendo dificuldade com a questão de tudo ser pela oralidade. Não existe um caderno de receitas onde o que você precisa estará lá. Muito pelo contrário, até o direito de ouvir é conquistado com cada etapa alcançada, a cada passo dado você fica mais perto de um novo ensinamento e depois disso os anciãos sempre dizem: você morre e não sabe tudo; têm segredos que morrem juntos com seus sabedores.

E por essa estrada é que eu me perguntava: De que forma se dá o processo de construção identitária das crianças no espaço de ensino aprendizagem dentro do terreiro e se ele é desta forma, sem recursos que estamos acostumados como os livros, como essa criança dialoga no espaço de ensino formal que é a escola, que por diversas vezes traz o cunho eurocêntrico para suas didáticas?

Assim, nasceu a ideia desta pesquisa em trazer uma ferramenta de propagação dos costumes e histórias da formação cultural e religiosa do povo preto para que as crianças possam aprender de forma eficaz sobre seus ancestrais e sua própria essência. Ferramenta esta, fruto do estudo do Estatuto de Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia.

A relação da pesquisadora com o tema se deu pela observação nos espaços de terreiro de que forma o ensino dos costumes e histórias eram passados. Como na religião do Candomblé o que determina o que se ouve não é a idade biológica e sim a idade de iniciação no culto, a pesquisadora deitou os olhos para aqueles pequenos que ali estão e ainda não atingiram a sua idade iniciática suficiente para conhecer suas raízes.

Assim, foi desenvolvido o livro para colorir que contará histórias culturais e religiosas onde essas crianças poderão desenvolver a atividade motora da pintura, a leitura através dos pequenos textos e a conexão com a sua ancestralidade.

CANDOMBLÉ: É PRECISO DESCONSTRUIR O RACISMO PARA CONSTRUIR UMA ESCOLA ANTIRRACISTA

Esta pesquisa é uma forma de desconstrução das imagens construídas referentes à cultura e religiosidade preta dentro dos espaços de ensino brasileiros. Trazer o conceito de religião na verdade não é o foco dessa pesquisa. Nosso foco é demonstrar a disparidade da real concepção dos traços pretos que construíram o país como também trazer uma ferramenta capaz de elucidar tais conhecimentos para as crianças, tanto no espaço de ensino formal como também em espaços alternativos.

A primeira impressão que indivíduos que não crescem em contato com instrumentos pertencentes a cultura negra tem é: será que isso é para fazer maldade? Para que a pessoa usa isso? Quem nunca ouviu um: “*tá repreendido* em nome de Jesus” ao avistar uma oferenda nas encruzilhadas.

Diante disso trazemos o questionamento a partir da questão: que uma criança que nunca viu uma hóstia (alimento eucarístico da religião católica), ao vê-la se faz as perguntas acima? Não precisa resposta. Acreditamos ser uma pergunta retórica.

O candomblé e as nuances da cultura negra já são vistos como algo ruim, o que dificulta no processo de aprendizagem a passagem de tais conceitos como forma de representatividade e construção identitária de um povo. Mas então, o que é o candomblé?

O Candomblé é, portanto, uma organização religiosa brasileira nascida no seio das irmandades católicas. Fruto de um complexo sincretismo de tradições africanas, construído por descendentes de africanos e africanas que representavam diretamente os reinos que ainda existiam e existem na África até os dias de hoje. (<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-do-brasil/o-que-candomble.htm>)

Figura 03 - Hierarquia e respeito dentro da religião – momento de festa.



Fonte: JUNTOS NO CANDOMBLÉ, 2014, acesso em 20/02/2023
(<http://www.juntosnocandomble.com.br/2011/03/o-candomble-angola-hierarquia.html>)

Ao pesquisar um conceito normativo sobre a palavra candomblé, foram encontradas várias definições, trouxemos esta pôr de fato, definir pela ótica da pesquisa o melhor conceito para a religião afro-brasileira, o candomblé. No continente africano existem diversos cultos as divindades, com nomes e costumes nunca vistos no Brasil.

Então não será fidedigno afirmar que o candomblé é uma religião africana, mas sim uma religião afro-brasileira, desenhada no cenário eurocêntrico que é envolvido a construção do Brasil e que tenta em toda sua complexidade expor cultura e religião através de suas vivências.

Não poderia ficar de fora o sincretismo que foi estratégia de resistência do povo preto que ao chegar no país e serem catequisados, encontrou uma forma de cultuar seus deuses. Através do sincretismo eles conseguiram fazer suas danças, entoar seus cânticos, interiorizando por exemplo que a Santa Barbara na verdade era sua divindade Yansã.

Figura 04 – Duas raízes, o espírito de Oya e a divindade Matamba.



Fonte: Oyá & Matamba Sempre Duas, Nunca Uma, Facebook, acesso em 23/02/2023, disponível em(<https://www.facebook.com/Filhasdelansaofficialr/photos/a.265069154077504/302263163691436/?type=3>)

Diante de tanta resistência o que move essas religiões é o segredo. Logo, se existe envolto aos costumes o segredo, como se dá a transmissão de conhecimento nesses espaços? A educação no terreiro se dá pela oralidade. Não existem cadernos, livros ou provas que você realiza para subir de nível ou série.

Figura 05: - Idade ancestral diferente da idade biológica, permissão de toque do instrumento sagrado.



Fonte: GELEDES, 2023, acesso em 20/02/2023(www.geledes.org.br)

A cada passo dado, de acordo com sua ancestralidade, é conquistado o direito de saber mais sobre os rituais e ensinamentos. Percebe-se dentro da religião que não é a idade biológica que dita quando poderá saber mais e sim a idade de iniciação. Durante o processo de iniciação ao Candomblé há a contação de (h)estórias e, a criança aprende e se diverte com atividades de escuta e memorização, tudo por via da oralidade dos mais velhos respeitando a hierarquia dentro da religião. Crianças representam a continuidade das casas de candomblé enquanto lugar de história e memória ancestral.

O direito a herança ancestral em forma de casa de culto é passado ao herdeiro apontado pela divindade incorporada pelo sacerdote. Este, vindo de linhagem sanguínea, pode receber a responsabilidade ainda bebê. Com essa informação trazemos mais uma comparação: as crianças de colo são batizadas na religião católica ainda recém-nascidas, como ato de consagração e apresentação a religião da família. Quando a criança é iniciada ao culto do candomblé, existe toda uma comoção social voltada para condenação da família da criança, alegando que esta não teve direito a escolha da religião a ser

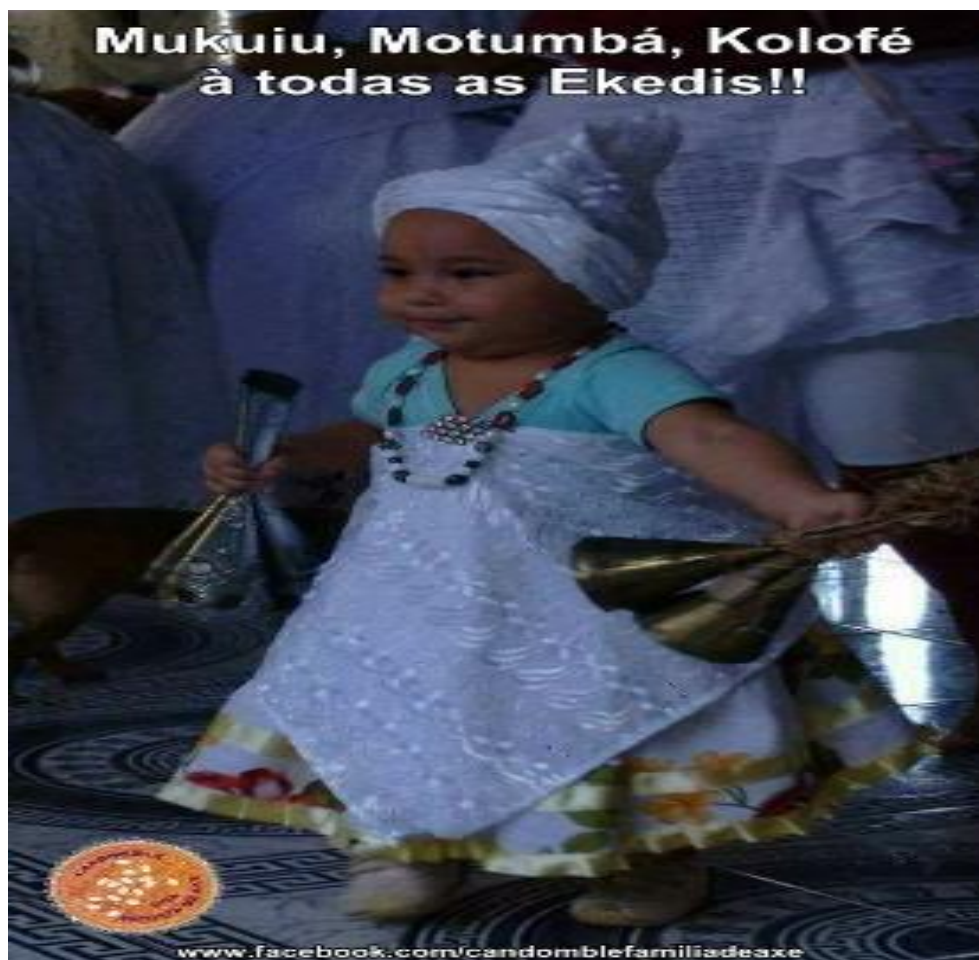
seguida. Existe mesmo a preocupação no caminho religioso desse indivíduo ou apenas mais uma forma de violência e demonização da religião de matriz africana? Acreditamos trazer mais uma pergunta retórica.

Figura 06 – Encontro ancestral



Fonte: GELEDES, acesso em 22/02/2023 (<https://www.geledes.org.br/criancas-no-candomble-21-imagens-e-21-motivos/>)

Figura 07 – Idade ancestral diferente da idade biológica, permissão de utilização de instrumentos sagrados, vestimentas de quem possui cargo dentro da hierarquia.



Fonte: Pinterest, acesso em 22/02/2023, disponível em https://br.pinterest.com/pin/619526492471778107/?amp_client_id=CLIENT_ID%28%29&mweb_unauth_id=&url=https%3A%2F%2Fbr.pinterest.com%2Famp%2Fpin%2F619526492471778107%2F&expand=true

Na maioria das vezes, quando existe o recolhimento das pessoas para iniciação, é permitido aos que ajudam na “função” aprender dia após dia como colher as ervas para o banho, preparar os alimentos de acordo ao pertencimento de cada divindade e assim construindo os aprendizados. Aos que incorporam, ao terem contato com algo que sua idade de iniciação ainda não permita o conhecimento, a sua divindade “toma o corpo” do filho para que este não veja o ritual.

Figura 08 – Compromisso e respeito com tudo que faz parte do culto.



Fonte: REDE BRASIL ATUAL, acesso em 22/02/2023, disponível em (<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/vereador-propoe-que-cemiterios-de-sao-paulo-tenham-espaco-para-religioes-de-matriz-africana-453/>)

Toda essa vivência entre os muros do nzo, parece fácil e fluído, todavia, trazendo a realidade dos praticantes da religião de matriz africana nos espaços de ensino formal, não existe tamanho acolhimento assim. As crianças que são pertencentes às religiões não eurocêtricas enfrentam o racismo religioso latente tanto dos colegas como muitas vezes da própria instituição escolar.

É fundamental ressaltar o entrecruzamento das relações entre racismo e práticas de violência, relacionado aos ataques às “religiões de matrizes africanas”. E isto não é um detalhe, pois como lembra Lélia González (1983), o racismo é uma espécie de “neurose cultural”, que se beneficia ao esconder seus sintomas, para – não aparecendo – fingir que não existe e, com isso, dificultando em muito o seu enfrentamento. Por isso, combater as práticas violentas contra as “religiões” de matrizes africanas é, também e sobretudo, combater a, herança colonial do racismo que, embora tenha muitas maneiras de expressar-se, segue mascarada em nosso país (FERNANDES, apud, NASCIMENTO, 2012, p. 53).

As atitudes de racismo religioso continuam acontecendo nos espaços de educação formal, mesmo depois de ter sido sancionada a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), que torna obrigatório nas escolas de ensino básico, o conteúdo

referente à História da África e da cultura afro brasileira, bem como da Lei. 7.716 (Brasil,1989) que instituiu o racismo em crime.

O racismo pode ser definido como crenças na existência de raças superiores e inferiores. Dessa forma, é passada a ideia de que por questões de pele e outros traços físicos, um grupo humano é considerado superior ao outro. Ao direcionar os argumentos racistas para as religiões, tem-se o racismo religioso, através do qual se discrimina uma religião. (LIMA, apud, NASCIMENTO, 2012, p.9).

A vinda forçada dos negros para o Brasil, constitui um fenômeno denominado Diáspora Africana, onde todo traço que lhes eram dados como identidade foi destituído, uma vez que a vinda desses povos, trouxeram em suas bagagens costumes, rituais, línguas, danças, organização social e tudo que compunham sua vida em seu país de origem.

Figura 09: Candomblé enquanto lugar de estrutura familiar



Fonte: www.geledes.gov.br/aceso em 06/03/23

Ao chegar em outro país, esses povos buscaram formas de não deixar de cultivar nem executar suas tradições, africanizando o Brasil. Esse deslocamento africano (diáspora africana), fez com que um fenômeno sociocultural acontecesse no Brasil deixando seus legados até os tempos contemporâneos.

Havia também práticas de resistência mais estratégicas como a prática de abortos, para que seus filhos não nascessem e viessem a ser mais um instrumento de acumulação primitiva do capital dos senhores por meio do trabalho escravo, vítimas do processo de diáspora africana que chegou a trazer para o Brasil, via tráfico negreiro, mais de quatro milhões de negros que, escravizados, eram utilizados em vários tipos de funções, desde trabalhar na lavoura, nos serviços domésticos e até de ganho, tendo uma carga absurda e desumana de trabalho. (CIRNE, 2019,P.)

A resistência do povo negro se dava em inúmeras facetas, desde a prática de aborto para não deixar fadado ao destino da escravidão seus filhos. Essa atitude mostra o quão violenta foi a inserção desse povo no território brasileiro. Estratégias de fuga mal sucedidas que resultavam em castigos e mortes também aconteciam.

Essa construção social e cultural fora de seu país de origem, motivou ao povo preto a criação de uma religião que abarcasse seus costumes e tradições, assim nasceu o candomblé e outras similares. Sobrevivência de um povo que através de tanta luta conseguiu ainda assim sobressair sua fé e atravessar a violência vivendo seus costumes, de certa forma adaptados.

Figura 10 – Demonstração das forças da natureza dentro do culto, através de cores e artefatos próprios de cada divindade.



FONTE: www.educayoruba.com.br:acesso em 06/03/2023

Aquela criança que pertence ao Candomblé já é marginalizada pela sociedade e se esta criança for “preta”, “diferente”, “gorda”, e afins partindo dos

conceitos pré-estabelecidos no seio da sociedade que vivemos, ou seja, fora dos padrões sofrerão com os olhares sociais normatizados e excludentes. É preciso também entender que ser do Candomblé pode ajudá-la na construção de uma identidade, em certa medida, diferenciada e que a proteja das diversas formas de violências contra as crianças e das diversas e diferentes formas de exclusão.

Reconhecer-se do Candomblé pode ajudá-la a se defender, a fortalecer os laços com os seus iguais, bem como a frustrar-se menos diante de uma sociedade racista e excludente, quem se sabe e se sabe protegido e com os “diferentes” tem a sua identidade reforçada.

O conceito de “diferença como relação social” se refere à maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais. Isso quer dizer que destaca a sistematicidade através das contingências. Um grupo geralmente mobiliza o conceito de diferença neste sentido quando trata das genealogias históricas de sua experiência coletiva. De fato, diferença e comunalidade são signos relacionais, entretecendo narrativas de diferença com aquelas de um passado e destinos coletivos compartilhados. (Difference, Diversity, Differentiation. In: BRAH, Avtar. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. Longon/New York, Routledge, 1996, capítulo 5, pp.95-127. O comitê editorial dos cadernos pagu agradece as autorizações da autora e da editora para traduzir este capítulo.)

Essa diferença constitui um traço identitário entre eles, através de compartilhamento de experiências, troca de informações sobre as descobertas da sua ancestralidade, ensinamentos, curiosidades sobre aquilo que podem ou não comer ou comportamentos específicos para cada momento do culto. Cada passo dado dentro da religião junto com os irmãos acaba construindo um traço não só religioso, mas também social. Quando há o momento do recolhimento para a iniciação, aquele grupo denominado de “barco”, convivem por 21 dias dentro de um quarto, passando por diversas fases, este é mais um exemplo da união de diferenças que para o mundo externo ao nzo, podem ser diferentes, mas para eles são completamente iguais.

A criança de candomblé ensina e compartilha seus sentidos. Ela aprende no terreiro o lugar da ancestralidade, o momento de falar e de ouvir. É notória a colaboração para o crescimento dessa criança e como o respeito a hierarquia e aos mais velhos é valorizado. Costumes como rezar antes de comer, oferecer o alimento a todos em volta para que não falte para ninguém, ajudar nas tarefas e

preocupar-se com as atividades do outro dia, são práticas de uma vivência no terreiro, que comumente podem ser trazidas para o convívio do lar de forma positiva.

E na escola? O que as escolas têm feito pelas crianças candomblecistas? Infelizmente as crianças são silenciadas, humilhadas, discriminadas e ridicularizadas. São obrigadas a esconder seu lugar de pertencimento, assim ficam perdidas, divididas e envergonhadas. Inventam formas de menos sofrer, dizem que pertencem a outra religião, e assim sentem-se incapazes, diminuídas e inferiores. Essas crianças possuem um rico conhecimento sobre narrativas africanas, ervas, danças, cantigas, línguas e, por incrível que pareça, passam a acreditar que sabem menos, elas poderiam contribuir de forma efetiva no espaço escolar a partir do que prega a lei nº 11.645, de 10 março de 2008 que torna obrigatório o estudo da História e cultura Indígena e Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

O processo de silenciamento das crianças candomblecistas faz parte do cotidiano das escolas. Para modificar esse cenário há necessidade de alterações no sistema educacional, de professores qualificados para o ensino nas diversas áreas de conhecimentos, de livros didáticos que abordem e valorizem a cultura e identidade preta. Além disso, apesar de a legislação colocar como prática ensino da cultura afro-brasileira e indígena, em contrapartida não traz a mesma obrigatoriedade no currículo da licenciatura.

Neste horizonte, enfatiza-se a importância do reconhecimento de perspectivas decoloniais nas pedagogias críticas multiculturais. Tais perspectivas multiculturais decoloniais voltam-se à problematização de currículos baseados em perspectivas hegemônicas colonialistas, com o intuito de promover a valorização dos saberes nativos de grupos subalternizados. Desta forma, buscam fortalecer suas identidades individuais e coletivas em espaços em que a identidade institucional seja coletivamente construída de modo a que favoreça, cada vez mais, a diversidade, o antirracismo e a equidade social (IVENICKI, 2020, p. 34).

A partir daí pode-se mudar vivências como as que ocorrem na sala de aula quando a professora pede para os alunos (pretos e não pretos) abrirem seus livros e só verem figuras brancas, figuras amarelas e quando finalmente veem uma de pessoa preta, ela está amarrada em um tronco (voltemos à utilização do verbo amarrar tão conhecido negativamente pelo povo preto), está

degolada em uma árvore, está em processo de sofrimento ou morte. O que resta a criança preta? Enfrentar essas cenas com tudo aquilo que as pessoas ao seu redor menosprezam? Sua cor, seu torso e seu fio de conta que lá no Nzo foi dito para usar como proteção? Às vezes a violência alcança dimensões muito grandes e é necessário um deslocamento do seu lugar de existência para um lugar que lhe caiba, mesmo que lhe padronize, refazendo a relação colonial, em que a vítima se esconde de si mesma para viver no mundo eurocêntrico. “A presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo”.

A relação não surge nas identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (LACLAU E MOUFFE, apud BALLESTRIN, 2013, p. 91).

Hall (2008, p.13), afirma que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas”. E é exatamente assim que as crianças de religião de matriz africanas se sentem nas escolas tradicionais que perpetuam o conhecimento eurocêntrico. É um encher e se esvaziar ao mesmo tempo, é o lugar de incerteza, de inconstância, é ter que construir sua identidade e ao mesmo tempo desconstruí-la.

A construção identitária de uma criança preta candomblecista se constitui a partir de sua ancestralidade, lugar este que ela necessita negar para poder ser aceita no ambiente escolar. Munanga (2008) nos diz que a ancestralidade

É praticamente o ponto de partida de todo processo de identidade do ser, para você criar sua identidade coletiva você tem que estabelecer um vínculo com a ancestralidade. Lá é sua existência como ser individual e coletivo. Então a ancestralidade para nós é muito importante. É tão importante que você não vai encontrar, na visão africana de mundo, os templos dedicados ao Deus único, Olorum, para Zambi (MUNANGA, 2008, p.2).

Assim nossas crianças sofrem violência estrutural e simbólica no ambiente escolar a todo o momento, pois precisam despir-se de si mesmas para existir nos padrões eurocêntricos nos quais as escolas brasileiras tradicionalmente se constituem. Desta forma, reportemos a pergunta da autora Gayatri Chakravorty Spivak (2010): “Pode o subalterno falar?”. Tal pergunta nos traz algumas reflexões como: Uma figura subalternizada histórica e

culturalmente por sua cor e religião poderá dizer que essas atitudes são vistas como símbolo de resistência e força ou serão vistas como humilhação e inferiorização? Daí surge um grande divisor de águas nessa luta, a importância da visualização da rede, e por causa desta, o papel do professor e dos gestores da escola se tornam tão importantes. Para nós o conceito de visualização de rede é quando a criança preta identifica em seu campo de ensino, no corpo docente juntamente com a direção, o apoio necessário para o enfrentamento dessas formas de violência principalmente quando esta criança vai à escola no período inicial a sua entrada(iniciação) no Candomblé.

O processo de iniciação da criança possibilita a ela o papel de ser protagonista e de ser capaz de construir o seu espaço com respeito. Ela é honrada, louvada e protegida, como criança, sabendo que é o futuro da religião, o futuro da comunidade, o futuro do candomblé enquanto espaço familiar.

Figura 11 – Organização social e religiosa.



Fonte: www.cartacapital.com.br, acesso em 06/03/2023

Em uma sociedade que nega o espaço a esta criança, encontrar um espaço privilegiado no Candomblé permite que a criança se sinta acolhida e assim ela constrói um lugar de pertencimento e identidade e gosta de estar nele.

A criança aprende a respeitar a natureza e tudo que está a seu redor. No candomblé tudo da natureza é sagrado e tudo a ela retornará. As folhas que são colhidas, são maceradas e coadas para o banho, aquele amontoado de folhas já sem seu “sumo” deverá ser devolvida nos pés de algum assentamento de divindades que ficam expostas a natureza, ou em algum local que tenha contato com a terra para ali secar e fazer parte em algum momento da reconstrução daquele solo. Os animais que são utilizados nas oferendas, são consumidos em sua maioria pelos frequentadores da casa, e quando arriados em oferenda, após o período necessário retornará também ao solo da natureza. Nada é colocado no lixo comum.

Quando recolhidos ou até mesmo em funções fora do nbakisi, o que eles se alimentam e retornam nos pratos, como os ossos ou algo do tipo, seguem o mesmo caminho. É importante salientar que o consumo de chás é muito frequente e as ervas utilizadas são colhidas ali mesmo no solo religioso.

Os movimentos sociais, em especial dos movimentos negros, teve como pauta durante anos a reivindicação dos direitos estabelecidos na Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 resultando na lei 11.645/2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, e o que vemos é que apesar de ser lei, portanto obrigatório, o Ministério da Educação ainda não criou formas de inclusão desses conteúdos que são reivindicações que buscam diminuir as desigualdades raciais no Brasil.

Figura 12 – Iniciação como prática familiar.



Fonte: CARTA CAPITAL, disponível em (www.cartacapital.com.br), acesso em 06/03/23.

O conceito de racismo religioso parte da desigualdade produzida pelo trato da diferença e não de sua homogeneidade posto que as agressões sofridas por crianças pretas estão voltadas para um caráter puramente religioso, que enfatiza que valores, saberes, filosofias, do cristianismo, são melhores e mais apropriados do que os modos de viver e existir negroafricano. Ainda sobre o racismo religioso Filizola define como:

O racismo é caracterizado religioso não só quando a escola discrimina ou permite comportamentos discriminatórios com alunos/as oriundas de religiões de matrizes africanas por exibirem algum traço de pertencimento religioso que esteja fora do padrão das religiões cristãs, mas também de forma ampliada, quando se atribuem características negativas a algum grupo étnico/racial ou agir no intuito de inferiorizá-lo. (FILIZOLA, 2019, p. 126)

Pensando no lugar crucial que a escola ocupa e se nesse espaço não há lugar para diferença é porque existe nesse local uma hierarquia social e de poder que enquadra o dominante e o dominado, assim não haverá forma de convivência entre diferentes a não ser como submissão por parte de um grupo e poderio por parte de outro. Com este agir na e pela escola, não existe vontade política de realizar a educação em espaço plural, com diferentes crenças, uma vez que está enraizada em seu escopo a diferenciação como exclusão e não como inclusão. Na próxima sessão discutimos alguns pontos importantes para a

construção de uma escola antirracista e a educação de terreiro como lugar de conhecimento.

EDUCAÇÃO DE TERREIRO X EDUCAÇÃO DA ESCOLA: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.

A escola é um espaço de sociabilização, no qual as diversidades se dialogam ou entram em confronto diariamente e em alguns desses diálogos podem ocorrer as situações de preconceitos. A neutralidade não é uma característica dos espaços de ensino formal, nem mesmo pela questão de nosso “descobrimento” e nem pelo fato do Brasil laico que defende apenas uma religião dominante. Nesse diapasão, destacamos as identidades que historicamente são excluídas na sociedade, entre elas os povos pretos, os povos originários e outros.

Figura 13 – Racismo religioso desdobrado no racismo institucional



Fonte: NOVA ESCOLA, acesso em 14/02/2023, disponível em (<https://novaescola.org.br/conteudo/74/ensino-religioso-e-escola-publica-uma-relacao-delicada>)

A diferença do que é imposto como padrão, ao ser vista nos corredores da escola, reverberam como algo a ser excluído. Seja por sua cor ou por sua escolha religiosa, a criança que não estiver enquadrada no padrão eurocêntrico, sofrerá racismo em seus desdobramentos, como o religioso.

A questão é de grande relevância, dado o contexto de intolerância religiosa presente nas escolas públicas, afetando o bem-estar e a aprendizagem dos estudantes. De acordo com a Pesquisa Nacional de

Saúde do Escolar 2015, publicada em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 4,2% dos estudantes de 13 a 17 anos que disseram ter sido vítimas de humilhação na escola apontaram sua religião como motivo, é a quarta principal razão de provocações feitas pelos colegas, atrás apenas da aparência do corpo, da aparência do rosto e da cor/raça, e à frente de orientação sexual e região de origem (HIROMI E GOES, 2017, pp. 33).

O cotidiano das crianças pretas que praticam religiões de matriz africana é permeado por violência e exclusão nos espaços de ensino formal. Caso esteja em situação de preceito, onde existe a necessidade de comportamentos de acordo aos costumes religiosos, como usar branco, não sentar em cadeiras altas é ainda pior. Curiosamente trazemos o fato de que uma criança evangélica ao orar antes de se alimentar é vista como comum, uma criança de religião de matriz africana ao entoar sua reza antes do alimento é vista como oferecendo o alimento ao diabo. A demonização da religião é gritante e massacra diariamente o povo preto.

Há de ser ressaltado, que a troca de conhecimentos da educação dos espaços formais e dos espaços religiosos como os terreiros, é algo relativamente novo. Essa troca, nasce do limite entre os muros da escola e as extensões do espaço religioso.

A estratificação econômica e social que é estruturada a sociedade já segrega os conhecimentos não considerados eurocêntricos, padronizados pela colonização, dificultando assim que essas informações sejam passadas de forma correta. Os instrumentos didáticos retratam a vida do povo preto como apenas um povo que foi trazido e escravizado, não menos do que esperado de um sistema capitalista, a forma de abordagem é de uma mão de obra escravizada. No máximo é retratada a capoeira de forma rasa, esquecendo que foi instrumento também de enfrentamento à violência sofrida assim como expressão da cultura. A centralidade e superioridade europeia retira diariamente do povo preto seu direito a repassar sua cultura e traços na educação.

Passando rapidamente pela herança das tranças que por muito tempo foram utilizadas para transporte de alimentos na fuga dos povos pretos e hoje são utilizadas apenas como algo relacionado a moda, encobrendo assim toda sua história.

Logo, onde fica todo o resto? Um povo pode até ser visto para o sistema capitalista apenas como uma força de trabalho, mas sabemos na realidade que uma sociedade é composta por cultura, costumes, religiões e traços que formam sua identidade.

Desta forma, a educação antirracista vem de encontro a essa prática demonstrando o desdobramento do racismo institucional e suas nuances que dia após dia é silenciado e invisibilizado tudo aquilo que diz respeito ao povo preto na educação brasileira.

(...)o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça(...) No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade.(...) O racismo institucional se “origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro tipo”(ALMEIDA (2019, p.25-27)

Logo, o racismo está dentro da instituição chamada escola, na qual impera o lugar da branquitude que maltrata e silencia nossas crianças. Principalmente nas questões religiosas, na qual a religião afro-brasileira é demonizada, evidenciando assim, o racismo institucional e religioso que destrói o traço identitário que é concebido na educação das crianças no terreiro. Para mitigar a discussão e diminuir o racismo esse trabalho tentou demonstrar e trazer concomitante a discussão uma ferramenta considerada eficaz de transmissão mais aproximada dos conhecimentos do povo preto.

A lei 10.639/03 e 11.645/08 foram marcos importantes para esse avanço, trazendo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, todavia não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior para os cursos de formação de professores. Logo, nos deparamos com a situação de que o profissional deve repassar um conhecimento que nem mesmo ele adquire ou adquiriu ao estudar sua licenciatura.

Unificado ao fato de os livros não trazerem esse conhecimento, o racismo estrutural encontra um ótimo cenário para se propagar e demonstrar

suas facetas. Exclusão e discriminação são práticas conhecidas pelas crianças pertencentes as religiões de matriz africana e que frequentam os meios de ensino formal. As aparências sociais que são aceitas (como falamos sobre os padrões eurocêntricos), entram em choque com as cores dos turbantes, com os fios de conta e costumes que diferem dos dominantes.

As crianças vivem o dilema de ser na escola o que aprende dentro do culto religioso ou não? A primeira opção diz que devemos respeitar outrem e suas escolhas. Esta deveria ser a regra, respeitar as escolhas individuais e coletivas dos colegas! A educação defendida dentro dos terreiros que é tida como educação não formal, nos diz que devemos pedir benção a todos, que se ouve e depois se fala, que a vida tem valor imensurável e nunca deverá ser banalizada. Diz ainda, que todos devem sentar juntos nas refeições e dividir tarefas da casa de santo para que tudo tenha seu perfeito equilíbrio. Se não está bem, roga-se pela sabedoria ancestral sobre os cuidados a serem tomados e na natureza, que aprende a amar e zelar, e encontra-se o remédio e a cura para as mazelas. É na casa de santo que se encontra paz e aconchego porque por todo lado existem irmãos, como costumam se tratar mesmo sendo de terreiros diferentes. É lá que todos tem joias que são os instrumentos religiosos, como os atabaques, os alimentos sagrados, as vestes, existe o zelo e o prazer em mostrar seus fios de conta no jinkó.

Este é um de alguns ensinamentos aprendidos em uma comunidade de Candomblé bem como a língua que se aprende para se comunicar nos terreiros. A educação em terreiros também ensina que as crianças aprendem! Aprendem o uso ritual de vegetais (ervas, grãos e raízes), minerais (sal, carvão, pedras e águas) e animais que integram a base alimentar bem como o cozimento dos alimentos de origem animal e de origem vegetal, que se ligam tanto ao mundo sagrado quanto ao profano.

Os pratos da culinária afro-brasileira, veementemente simbólicos da força de cada divindade, oferecidos durante as festas, retratam uma forma de comunhão entre humanos e divindades, ou seja, como através do alimento o sujeito se relaciona com o sagrado, reconhecendo-o como fonte de força e energia, o que vão chamar de axé, de tal modo que a fé no candomblé pode ser

compreendida pelas relações desencadeadas com a festa, a dança, a música e a comida.

Todos esses saberes dentro do espaço escolar poderiam colaborar de forma rica na formação intelectual das crianças e da própria escola, além de ser uma oportunidade de incluir e implementar a lei 11645/2008. Conviver com uma diversidade de ervas e para que servem, formas de cumprimento assim como ensinamento sobre outras línguas já trazem ideias de como essa educação no terreiro conversa com a educação escolar.

A escola deve pensar o terreiro como um *locus* de circulação de saberes, pois o que a criança aprende em suas vivências é fortalecer sua identidade, manter suas memórias e reconhecer sua ancestralidade, e assim ainda pode como fonte de saber compartilhar, sem discriminação esses saberes na escola. As crianças dentro do Candomblé são sujeitos ativos, agenciadores e mantenedores da cultura e do saber que circula naquele espaço.

Ressaltamos que não cabe somente ao espaço escolar trabalhar em prol de uma educação antirracista, cabe à sociedade como todo, conforme consta nos documentos oficiais a educação das “relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004, p.16).

Bento (2002) em seu artigo intitulado Branqueamento e branquitude. esboça a tentativa de branqueamento no Brasil no final do século XIX e começo do século XX, para apagar a existência do povo preto. Todavia, a ideia que se traz de que o preto almeja ser branco é parte do disfarce do temor do povo branco em perder o poder. Assim ela descreve:

Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário

extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais (BENTO, 2002, p. 1-2)

É preciso que a escola trate todos independente de sua cor de forma igualitária. Para que a escola possa cumprir o seu papel é preciso que se tenha um ambiente democrático, laico, aberto para que todas as vozes possam ser ouvidas de forma igualitária. Pensar assim nos leva a não criar mais feridas para além das que já existem. As feridas abertas nas crianças encontram, no terreiro, a cura. É no terreiro e no diálogo com os irmãos que a dor é minimizada, é cultuando dos espíritos, fazendo oferendas com muito amor e dedicação. Existe a felicidade de poder cantar os cantos sem temer a repreensão de outros, poder dizer que passou em uma mata e ouviu o canto de um pássaro e ali encontrou a sua ancestralidade. É permitido também comer juntos, compartilhar o alimento que foi preparado no terreiro e depois de um longo dia de muitas atividades sentar e ouvir as histórias que fortalecem a identidade e memória.

Trazemos um sentido de horizontalidade com a liberdade do ser e pertencer àquilo que se quer, onde a igualdade não é o caminho, mas sim o respeito da escolha do outro. Porque cada um de nós é um universo composto de muita ancestralidade e plurais e isso não é errado. O errado é querer colocar na mesma caixa tudo que somos e compomos durante os anos, tudo que expressamos e almejamos. Somos mutáveis, somos o todo e ao mesmo tempo o nada. Assim é a natureza em todos os seus ciclos, com seus começos e fins. O fim de uma semente que germina, é o começo de uma árvore que floresce, de uma outra que frutifica e vai cursando seus caminhos, sem findar e sim renascendo para um novo ciclo.

Respeitar as diferenças faz parte do processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. Entendemos que o ambiente escolar deveria representar este espaço de conhecimento, de socialização e de valorização cultural, laica, sem preconceito que abrangesse as culturas de todos os povos que contribuem para a formação de nosso país. Corroboramos com Gomes (2005, p.14) que afirma:

Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, dentre os quais se insere a

diversidade étnico racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos (GOMES 2005, p.14).

O que se apresenta em nossa realidade é que as diferenças não são trabalhadas pelos professores ou gestores da escola de maneira adequada. No ambiente escolar, são evidenciadas ferramentas estatais que segregam, massacram e ocultam diversos saberes e culturas. A escola tornou-se o lugar onde o saber que difere dos padrões eurocêntricos não é válido, e além de invalidado é demonizado por aqueles que transmitem o "conhecimento".

Em nossa próxima sessão falaremos sobre a metodologia enquanto lugar de intervenção para fortalecimento da escola antirracista.

METODOLOGIA: LUGAR DE INTERVENÇÃO (INTERVIR PARA MUDAR)

A metodologia escolhida para a pesquisa foi o método bibliográfico que começa com análise de materiais utilizados nas escolas para levar aos estudantes conhecimentos sobre o povo negro e seus costumes a fim de verificar de que forma eles enxergam a educação e os costumes dos povos tradicionais de terreiro. Essa análise dos instrumentos de ensino como livros e mídias disponibilizadas pela rede pública de ensino para crianças, serviram como reflexão sobre os dados mostrados que envolvem os temas: diferenças culturais e religiosas assim como africanidades.

Através de instrumentos que divulguem a cultura, religião e identidade do povo negro candomblecista, seja proposta nova forma de abordagem à cultura negra, seus costumes e religião, bem como sua ancestralidade.

Com esse levantamento foi criado um instrumento de intervenção que poderá ser utilizado tanto nos terreiros quanto nas escolas, retratando os temas acima citados que será o livro para colorir.

Esse relatório de pesquisa tem sustentação teórica construída a partir das referências bibliográficas que envolvem conceitos de racismo, racismo religioso, identidade, representatividade negra, educação antirracista e educação de terreiro e de crianças de terreiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório buscou abranger diversos temas que envolvem as pessoas pretas, como racismo religioso e institucional, educação em espaços de ensino formais e não formais assim como de que forma a cultura do povo preto é demonstrada em alguns espaços.

É notória a necessidade de movimentação popular tanto das pessoas que ensinam quanto das que produzem para o meio acadêmico para que o que compõe e forma o povo preto seja repassado de forma lúdica e real. Essa inquietação deve estar presente em cada atitude dentro do espaço escolar assim como nos espaços religiosos. São essas inquietações que trarão a possibilidade de intervenção nas vivências das pessoas que passam por situação de preconceito como também trarão à tona as reais histórias.

O livro de colorir será para quem ensina uma oportunidade de propagar de forma real as crianças histórias do povo preto, pois muitas vezes o profissional de educação não dispõe nos dispositivos comuns essa forma de educar. Já foi dito que a maioria dos livros didáticos retratam o povo preto como escravizado, apenas sendo uma força de trabalho.

Para as crianças pretas praticantes de religião de matriz africana será um espelho dentro do livro. Ao folheá-lo e lê-lo, ela verá histórias como as que ela mesma vive dentro da sua casa de culto ou no seu espaço de convívio familiar. Verá que sua origem é moldada não de escravidão, fato que não deve ser esquecido nem muito menos deixado de lado, mas verá que isso foi apenas um fato e que para além de tudo existe um mundo lindo permeado de cores, sons, costumes, sabedoria ancestral e muito mais.

Nossa pesquisa é o grito que é abafado diariamente dentro de cada atitude de racismo institucional, quando o colega expõe xingamentos referente a religião praticada. Quando a menina de cabelo crespo, amarra seu cabelo em um ato físico, mas ali escondido está amarrando também sua história, sua força e tudo que faz parte do seu ser.

O ser que não possui traços da cultura dominante eurocêntrica, sofre todos os dias seja com os olhares, falas, atitudes que tentam mostrar que o lugar dele não é ali e mesmo que tente se enquadrar será sempre em posição inferior. Mas

viemos de encontro a essa lógica racista e excludente para mostrar com esse relatório de pesquisa que somos donos da nossa história e de nossas raízes. Que somos para além de tudo que tentam definir e falham miseravelmente.

Nós, povo preto estamos cada dia mais ocupando nossos espaços e esse relatório com a proposta do livro é um exemplo disso.

Além do horizonte existe um lugar... e lá tem uma criança deitada em sua ndicisa com lápis de cor lendo e colorindo seu livro e se você for mais um pouquinho a frente tem uma criança no intervalo de uma escola municipal contando para os coleguinhas a história de Duda e perguntando quem vai começar a pintar primeiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

BAHIA. Lei 13.182 de 06 de junho de 2014. Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia.

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. **Lei nº10.639/2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº11.645/2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2020.

CANDAU, V. M. F. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. **Educação**, v. 37, n. 1, p. 33-41, 19 mar. 2014.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**. Belo Horizonte, nº 01, pág. 15-40, vol. 26, abr.2010.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org). **Educação anti-racista: caminhos** abertos pela Lei 10.639/03. Brasília, SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**, 3º. 2003, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.** , Belo Horizonte, v. 26, n. 1, abril de 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THEODORO, M.; JACCOUD, L. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005. p. 103-19.

Referencias religião

AMÂNCIO, Hélder Pires. Da casa à escola e vice-versa: experiências de início escolar de crianças em Maputo, 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BASTIDE, Roger. O Candomblé da Bahia: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CAPUTO, Stela Guedes. Educação em terreiros – e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

FALCÃO, Christiane Rocha. **“Ele já nasceu feito”**: o lugar da criança no Candomblé, 2010.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGA, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FONSECA, Eduardo Aquino. O significado das festas nas religiões afro-brasileiras. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 13, n. 2, jul./dez, 1997.

GOLDMAN, Marcio. Formas do saber e modos do ser: multiplicidade e ontologia no candomblé. **Religião e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 102-120, 2005.

OLIVEIRA, Amurabi. A Vez das Religiões Afro-Brasileiras no Ensino Religioso? as possibilidades e limites abertos pela lei nº. 10.639/03. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, v.17, n. 1, p. 171-188, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi; ALMIRANTE, Kleverton Arthur. Aprendendo com o Axé: processos educativos no terreiro e o que as crianças pensam sobre ele e a escola. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 16, n. 1, p. 139-174, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi; ALMIRANTE, Kleverton A.; SANTOS, Fernanda N. O Xangô na Sala de Aula: dilemas da identidade religiosa afro-brasileira em Alagoas. **Interações: Cultura e Comunidade**, v. 8, n. 14, p. 261-279, 2013.

SARMENTO, Manuel J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel J; CERISARA, A. B. (orgs.). **Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004, p. 9-34.

MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. **Cadernos PENESB**, n.102008 – 2010.

NASCIMENTO, Wanderson Flor. **O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas**. Revista Eixo vol. 6 nº 2, Brasília, 2013. p.14

OLIVEIRA, de Raquel. **Tramas da cor: Enfrentando o preconceito no dia a dia escolar**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2005.

OLIVEIRA, Luís Fernandes de e CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v.26 n.1 p.14-50, Belo Horizonte, 2010

QUINTANA, Eduardo. Intolerância religiosa na escola: O que professoras filhas de santo têm a dizer sobre esta forma de violência. **Revista Fórum Identidades**, Ano 7, v. 14, Itabaiana, julho/dezembro de 2013.

TRINDADE, Azoilda Loretto, **O racismo no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

ARAUJO, Patrício Carneiro. **Entre o terreiro e a escola: Lei 10.639 e a intolerância religiosa sob o olhar antropológico**. 2015, 255 f. Dissertação (Doutorado em Antropologia) – PONTIFÍCIA Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, 2015.

GLOSSÁRIO

Ancestralidade: A palavra ancestralidade significa, literalmente, o estado daquilo que é ancestral, ou seja, que se refere aos antepassados. Também pode ser entendida como aquilo que se recebeu das gerações passadas.

Divindade: O termo divindade é sinônimo de Deus ou deidade, ou seja, um ser supremo idolatrado pelos humanos que exerce algum poder sobre eles. As mais variadas divindades são avaliadas como força de ordem superior e, ao mesmo tempo, como entidades criadoras e sagradas.

Jinkó: Nome na língua kimbundo que significa pescoço.

Nbakisi: Comodo do espaço de culto onde as pessoas ficam recolhidas por dias para iniciação.

Ndjina: Nome na língua kimbundo que significa o nome que o iniciado recebe e será chamado na comunidade.

Nzo: Nome na língua kimbundo que significa casa.

Terreiro: O terreiro de candomblé apresenta-se como espaço de concentração e emanção de ase (a força sagrada que está na base da vida), de presentificação do sagrado, de preservação e materialização da memória ancestral.

Yansã: Inhaça, lança ou lansã é a guerreira mais valente das Yabás (Orixás mulheres) com temperamento forte e personalidade marcante. Orixá dos ventos e tempestades, divide com Abaluaiê o poder de encaminhar os mortos ao Orum (mundo espiritual). É também conhecida como Oyá, a deusa do Rio Niger na África.

APENDICE (LIVRO DE COLORIR) –
MEU MDNDU PODE SER O SEU

DÉBORA BASTOS

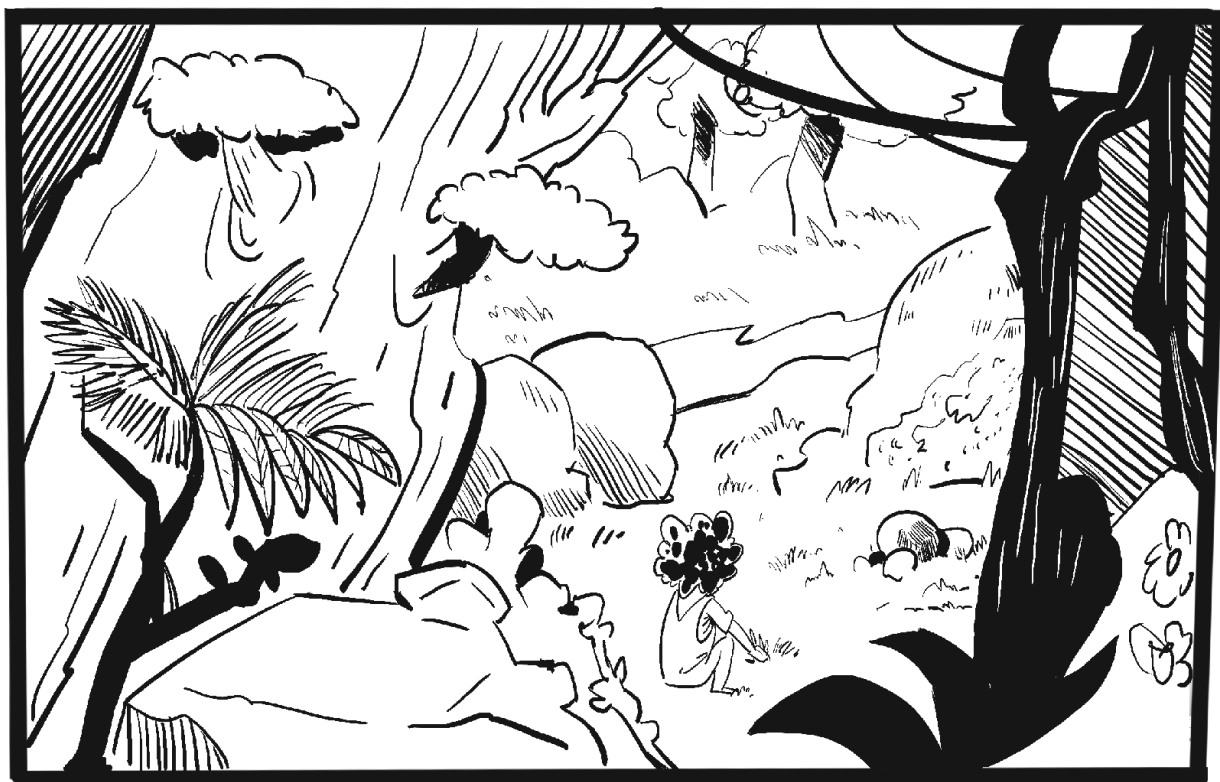
BRENO SCOFIELD

MEU MDNDU PODE SER O SEU



HISTÓRIA 01 – MARIA E O CHÁ – A CIÊNCIA DE KATENDÊ, OSSAIN.

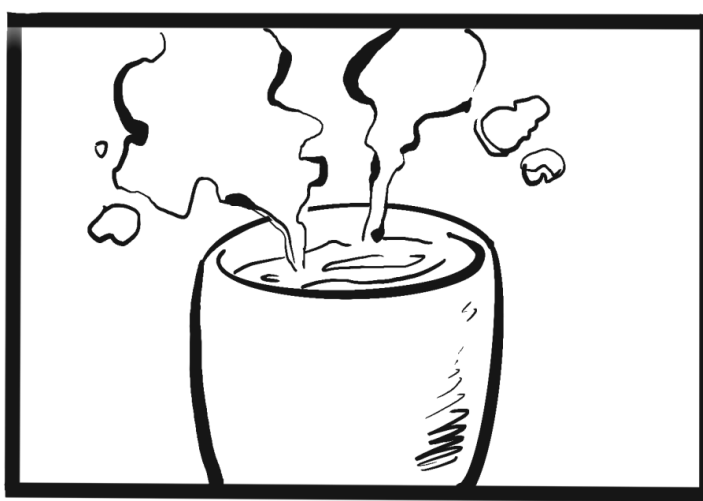
Essa é Maria, ela nasceu dentro de uma casa de religião de matriz africana chamada Candomblé. Maria aprendeu desde pequenininha que todas as respostas que ela precisa estão na natureza.



Um dia na escola, seu coleguinha Matheus estava com dor de barriga porque comeu muito doce na hora do intervalo. Logo, Maria lembrou que lá no terreiro, ela aprendeu que tem uma erva que pode curar o menino.



Assim, ela pediu a professora para sair mais cedo, foi em casa e fez um chá para Matheus.





Maria ficou feliz por poder ajudar seu amigo com algo que faz parte de sua vivência cultural como também por perceber que seu remédio milagroso não é algo de “outro mundo”, ele até existe na casa do Matheus também ufa!

HISTÓRIA 02 – DUDA E A KIZOMBA

Era dia de festa no terreiro que Duda frequenta e ela mal conseguiu dormir, mas estava muito feliz por ver tudo arrumado pronto para receber seus ancestrais em terra.



Duda foi macerar as folhas do banho, pois em sua iniciação como Makota, ela ganhou esse direito, quando de repente ela se depara com aquele bicho que ela viu na aula de ciências.

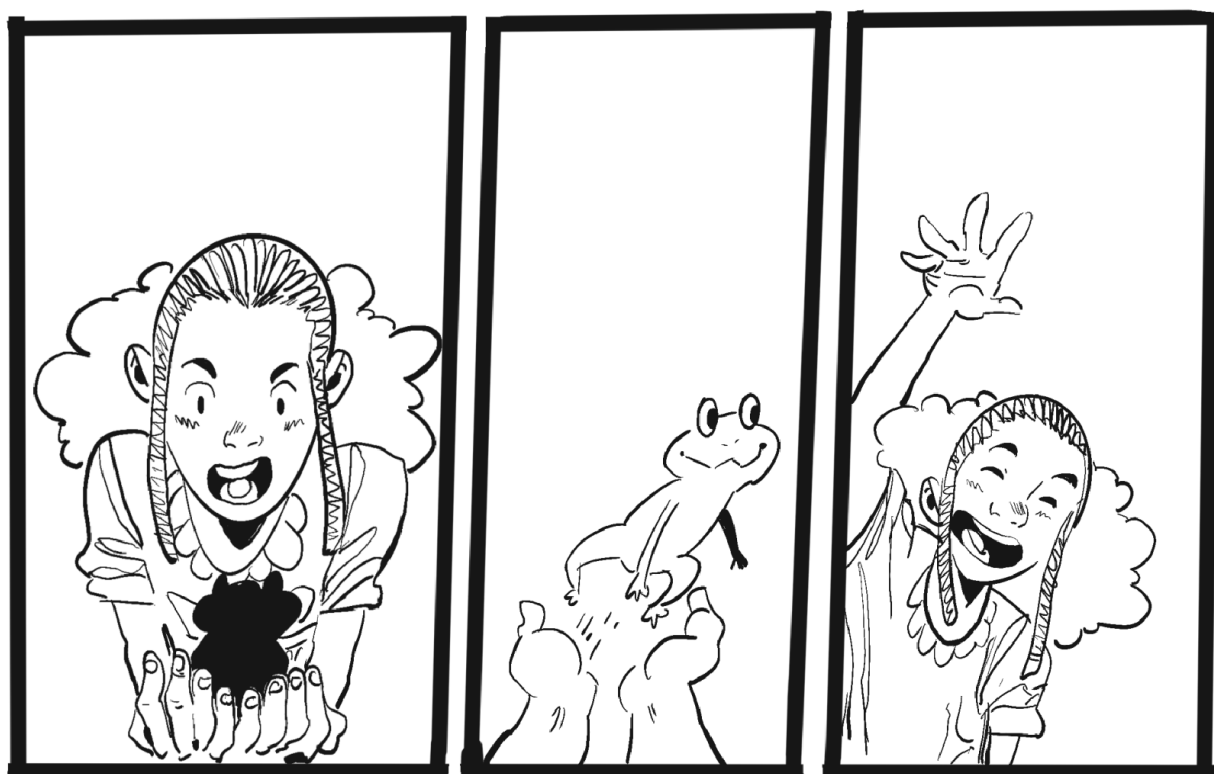
A tia Rê lembrou a Duda que apesar da aparência gosmenta, a rã era um bichinho inofensivo, muito importante no ecossistema.



Duda contou ao velho marujo ter conversado com uma delas, agora veja se isso é possível?

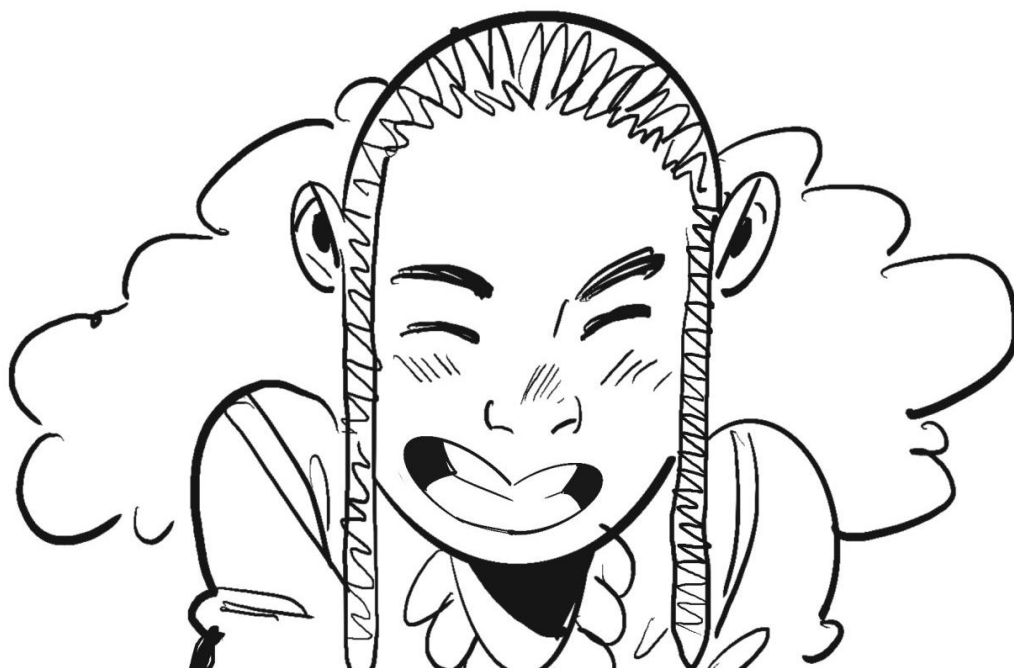


Haha sendo possível ou não, Duda deu boa noite ao bichinho, que assustado saiu pulando rapidamente e sumiu no meio do mato.

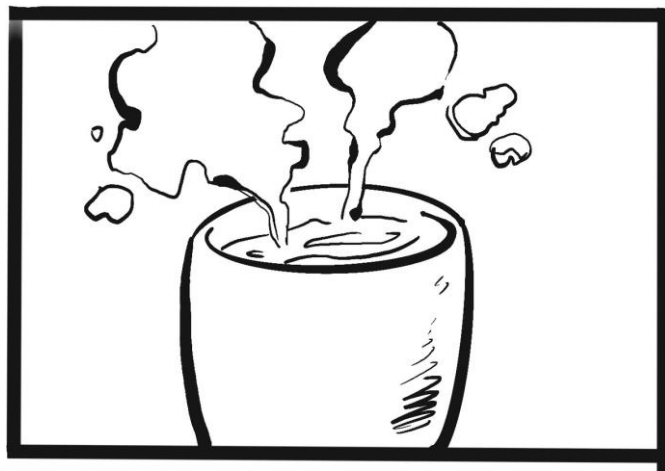


O erê que passava ali perto brincou com Duda. Duda não sabia se ria ou se macerava as folhas, mas uma coisa ela tinha certeza: ela não tinha o dom de falar com os animais, não mesmo.





DÉBORA BASTOS



ARTE

BRENO SCOFIELD

ANEXO (LEIS - 10639/2003 LEI 11645/2008- 14532/2023)

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em

especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008.